



PREFEITURA DE
AUGUSTO CORRÊA

Palacete Benedito Cardoso de Athayde

ASSESSORIA JURÍDICA

CNPJ 04.873.600/0001-15

PARECER Nº 2020-18-12-001
ASSEJUR

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde.

ASSUNTO: Contratação direta, por dispensa de licitação, de aquisição de máscaras de tecido personalizadas, para atender o programa saúde na escola em combate o enfrentamento da Covid-19 de acordo com a portaria 1.857/2020 atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Augusto Corrêa/PA.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS DE TECIDO PERSONALIZADAS. DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 4º DA LEI Nº 13.979, DE 2020.

I – Contratação direta, mediante dispensa de licitação, de aquisição de máscaras de tecido personalizadas, para atender o programa saúde na escola em combate o enfrentamento da Covid-19 de acordo com a portaria 1.857/2020 atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Augusto Corrêa/PA.

II – Admissibilidade. Hipótese de licitação dispensável prevista no art. 4º da Lei nº 13.979, 2020.

III - A contratação deve limitar-se ao atendimento da emergência decorrente da necessidade de combate ao coronavírus.

IV – Dispensa da elaboração do estudo preliminar, de posturas voltadas para o gerenciamento de risco na fase de contratação e de minuta de contrato.

V – Possibilidade de projeto básico simplificado.

VI – Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.

I - RELATÓRIO

1. Por despacho da Comissão Permanente de Licitação, dando prosseguimento ao trâmite processual, foi encaminhado a este órgão de assessoramento jurídico o presente processo para análise da contratação direta, por



PREFEITURA DE
AUGUSTO CORRÊA

Palacete Benedito Cardoso de Athayde

ASSESSORIA JURÍDICA

CNPJ 04.873.600/0001-15

dispensa de licitação, de "aquisição de máscaras de tecido personalizadas, para atender o programa saúde na escola em combate o enfrentamento da Covid-19 de acordo com a portaria 1.857/2020 atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Augusto Corrêa/PA", conforme art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

2. Pretende-se a aquisição de:

Item	Especificação	Unid.	Qtd.
01	Máscara confeccionada em tecido branco 100% Algodão 150 a 200 fios, conforme layout do anexo. Tamanho adulto.	Unid.	9.000
02	Máscara confeccionada em tecido branco 100% Algodão 150 a 200 fios, conforme layout do anexo. Tamanho infantil.	Unid,	7.000

3. Tal aquisição faz-se necessário em razão da disseminação da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19), ainda está presente e agora aumentando na área rural do município e ainda a necessidade de estabelecer a aquisição de testes para continuar o trabalho a diagnóstico molecular do novo coronavírus a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Augusto Corrêa/PA.

4. Instruem os autos os seguintes documentos:

- Ofício nº 142/2020 (formalização da demanda), de 10 de dezembro de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde;
- Termo de Referência;
- Cotação de Preços e Mapa de Apuração;
- Autorização e Declaração de Adequação Orçamentária, expedida pelo Ordenador de Despesa;
- Autuação em Processo de Dispensa de Licitação;
- Termo de Dispensa (Objeto, Fundamentação, Justificativa da Contratação, Justificativa da escolha do fornecedor e Justificativa do Preço).

5. Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do art. 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação



PREFEITURA DE
AUGUSTO CORRÊA

Palacete Benedito Cardoso de Athayde

ASSESSORIA JURÍDICA

CNPJ 04.873.600/0001-15

em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública, ainda com mais rigidez em se tratando de contratação direta, exceção à regra da licitação. Dito isso, passa-se a análise do processo.

6. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.A – Da dispensa de licitação para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus

7. A Organização Mundial da Saúde reconheceu, no dia 11 de março de 2020, que o coronavírus, responsável pela doença catalogada como COVID-19, espalhou-se por diversas partes do mundo, a ponto de tal situação merecer ser caracterizada como uma pandemia.

8. No Brasil, já há vários casos e a totalidade do território nacional já foi considerada em situação de transmissão comunitária, aquela em que não é mais possível rastrear a origem da contaminação. Tal realidade favorece o aumento drástico do contágio viral e dificulta o combate à situação pandêmica.

9. Com isso, os governos federal, estaduais, distrital e municipais têm adotado severas medidas de combate à transmissão do coronavírus, almejando que, assim, os danos causados pela COVID-19 à saúde da população e à economia da nação brasileira sejam o menor possível.

10. Nesse ponto, ressalta-se a Lei nº 13.979, de 2020, que *dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*.

11. Uma das medidas previstas no mencionado diploma legal é a excepcional hipótese de contratação de bens, serviços e insumos sem licitação, nos casos em que o objeto contratado tiver como finalidade o combate ao coronavírus.

12. O art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020, prevê que a licitação é dispensável nesses casos com o seguinte texto:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas



PREFEITURA DE
AUGUSTO CORRÊA

Palacete Benedito Cardoso de Athayde

ASSESSORIA JURÍDICA

CNPJ 04.873.600/0001-15

enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.

13. Trata-se de hipótese de contratação direta temporária e destinada a uma política de saúde pública específica, o enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus. Passado todo esse contexto de combate à transmissibilidade do referido vírus, esse caso de dispensa de licitação não poderá mais ser aplicado.

14. Ou seja, o art. 4º acima transcrito é uma norma de vigência temporária, nos termos do art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Sua vigência está vinculada ao estado de emergência decorrente do coronavírus. Na presente situação, ainda vigora atualmente a mencionada situação de urgência, de modo que a norma acima transcrita ainda se encontra vigente, motivo pelo qual a Administração pode seguir seus preceitos e contratar sem licitação.

15. É lícito dizer que a aplicação escorreita da contratação direta em análise exige a presença de alguns requisitos de ordem temporal, material e procedimental (formal). Quanto ao temporal, é a já mencionada emergência em decorrência do coronavírus. Os requisitos procedimentais serão analisados no tópico seguinte, pelo que passamos à análise dos requisitos materiais.

16. A exigências de ordem material dizem respeito à configuração dos fatos geradores da dispensa prevista no art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020. Os elementos que caracterizam tais fatos geradores foram listados no art. 4º-B do mesmo diploma legal, que diz:

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;



PREFEITURA DE
AUGUSTO CORRÊA

Palacete Benedito Cardoso de Athayde

ASSESSORIA JURÍDICA

CNPJ 04.873.600/0001-15

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

17. Assim, para a incidência da hipótese de contratação direta em estudo, é preciso que: a) vigore a emergência de combate ao coronavírus (temporal); b) haja necessidade de atendimento imediato para o enfrentamento do vírus; c) estejam em risco em decorrência do coronavírus pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares; e d) limitação da contratação ao necessário para o atendimento da emergência.

18. Embora a norma transcrita fale que esses elementos são presumidos, deve o gestor tomar o cuidado de expor nos autos cada um desses requisitos. Assim, para possibilitar a identificação de tais requisitos, a justificativa simplificada juntada aos autos deverá responder aos seguintes questionamentos:

- a) *A Lei 13.979/20 está em vigor?*
- b) *Porque o insumo ou serviço que se pretende contratar é no contexto da contenção da crise?*
- c) *Que riscos a falta do insumo ou serviço que se pretende contratar trará a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, no contexto da contenção da crise?*
- d) *A contratação, considerando o quantitativo e o prazo do contrato, conforme o caso, está limitada à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência?*

19. Analisando os documentos carreados nos autos, bem como, da situação de urgência nacional de saúde pública ocasionada pelo novo coronavírus, onde não seria diferente no município de Augusto Corrêa, conclui-se que a presente aquisição está diretamente ligada ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Portanto, o procedimento de compra em exame, amolda-se aos requisitos previstos na Lei nº 13.979/2020, sendo plenamente justificado sua aplicabilidade.



PREFEITURA DE
AUGUSTO CORRÊA

Palacete Benedito Cardoso de Athayde

ASSESSORIA JURÍDICA

CNPJ 04.873.600/0001-15

II.B – Dos requisitos procedimentais da dispensa e da instrução do processo

20. A Lei nº 13.979, de 2020, é um diploma específico e destinado ao enfrentamento de uma situação temporária e excepcional. Desse modo, sua aplicação ocorre nas situações extraordinárias destinadas ao combate ao coronavírus e sua interpretação deve sempre estar focada nessa finalidade, de modo que eventuais entraves legais ao enfrentamento da pandemia atualmente vivida devem ser superados sob pena de um mal maior à saúde da população brasileira.

21. Focada nesse intuito de atender às demandas de combate à transmissibilidade do coronavírus, assim como aos efeitos da doença COVID-19, a Lei nº 13.979, de 2020, simplificou consideravelmente o procedimento de contratação, afastando, total ou parcialmente, a aplicação de alguns institutos exigidos pelo regime geral de contratação pública, previsto na Lei nº 8.666, de 1993. Ou seja, no aspecto procedimental, deve-se recorrer à Lei nº 8.666, de 1993, nas contratações por dispensa de licitação destinadas ao enfrentamento do coronavírus apenas naquilo que não conflite, expressa ou implicitamente, com o procedimento e com a finalidade premente de proteção da saúde, previstos na Lei nº 13.979, de 2020.

22. Nessa linha, apontamos que a Lei de Combate ao Coronavírus expressamente simplifica o procedimento de contratação por dispensa de licitação nos seguintes pontos:

- a. *Dispensa da elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns (art. 4º-C);*
- b. *O gerenciamento de risco não é exigido na fase da contratação, mas apenas na execução do contrato (art. 4º-D);*
- c. *Aceitação de projeto básico simplificado, o qual contenha os elementos previstos no art. 4-E, § 1º da Lei em comento;*
- d. *Possibilidade de, excepcionalmente, o gestor dispensar, mediante justificativa, a estimativa de preço exigida pelo § 1º, inciso VI, do art. 4-E da Lei nº 13.979, de 2020; e*
- e. *Dispensa da apresentação dos documentos relativos à habilitação, excepcionalmente e mediante justificativa, nas situações em que houver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, ressalvadas as habilitações relativas à regularidade com a Seguridade Social e o cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição (trabalho de menores) (art. 4º-F).*



**PREFEITURA DE
AUGUSTO CORRÊA**

Palacete Benedito Cardoso de Athayde

ASSESSORIA JURÍDICA

CNPJ 04.873.600/0001-15

23. Em relação ao constante na letra "e" supra, é importante destacar que a restrição de mercado a que alude o art. 4º-F da Lei de Combate ao Coronavírus configura-se não apenas nos casos de restrição de fornecedores do objeto no mercado, mas também nas situações em que a Administração tem dificuldades em encontrar no mercado empresas em condições de preencher os requisitos de habilitação.

24. O caso dos autos, no entanto, é de compra imediata e integral, sem obrigações futuras (pronta entrega), o que, nos termos do art. 32, § 1º, autoriza a Administração a dispensar a exigência dos requisitos de habilitação. Desse modo, não há que se falar em exigência de regularidade fiscal e trabalhista, assim como dos demais requisitos da habilitação.

25. Da análise das regras acima citadas, verifica-se que a Lei nº 13.979, de 2020, não excetuou a aplicação do art. 26 do procedimento de contratação por dispensa de licitação para o enfrentamento da emergência em decorrência do coronavírus. Assim, também devem ser observadas as disposições do art. 26 da Lei Geral de Licitações, que assim preconiza:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

26. Com isso, o procedimento de contratação por dispensa de licitação para o combate ao coronavírus deve ainda respeitar as seguintes etapas: a) ratificação do reconhecimento da dispensa pela autoridade superior, observados os requisitos materiais apontados no tópico anterior deste parecer; b) publicação do ato de dispensa no órgão de imprensa oficial; c) razão da escolha do fornecedor; e d) a justificativa do



**PREFEITURA DE
AUGUSTO CORRÊA**

Palacete Benedito Cardoso de Athayde

ASSESSORIA JURÍDICA

CNPJ 04.873.600/0001-15

preço contratado. Quanto aos demais requisitos previstos no art. 26 acima transcrito, entendemos que ou foram afastados pela Lei nº 13.979, de 2020, ou não se aplicam à hipótese de contratação ora analisada.

27. Quanto à publicação do ato de reconhecimento da dispensa, ressaltamos que a Lei nº 13.979, de 2020, impõe uma superpublicização da dispensa de licitação para combate ao coronavírus, pois, além da publicidade do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993, é exigida a disponibilização dessa espécie de contratação no sítio oficial do órgão contratante, devendo constar aí os elementos exigidos pelo § 3º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) e mais: a) o nome do contratado; b) o número de sua inscrição junto à Receita Federal do Brasil (CNPJ); c) o prazo contratual; d) o valor do contrato; e e) o processo de contratação ou aquisição (art. 4º, § 2º, da Lei nº 13.979, de 2020).

28. Em relação à justificativa do preço, ressaltamos que ela não se confunde com a estimativa de preço prevista, que, em regra, deve constar no projeto básico simplificado, conforme exigência do art. 4º-E, § 1º, inciso VI, da Lei nº 13.979, de 2020. Tal estimativa tem significativa utilidade para os casos de licitação, mas nas situações de contratação direta, embora se trate de uma prática salutar, sua exigência pode ser mitigada, sobretudo numa situação de crise como a ora enfrentada. Por isso, inclusive, que o § 2º do citado art. 4º-E dispensa a estimativa de preço em casos excepcionais. Já a justificativa de preço não é dispensada, pois ela se refere ao próprio preço definido concretamente no contrato. Assim, a Administração deve, minimamente, justificar os preços contratados, inclusive com a indicação da excepcionalidade da situação, que fundamenta eventuais preços elevados.

29. Ainda sobre a justificativa do preço, importante mencionar que o § 3º do art. 4º-E da Lei nº 13.979, de 2020, desvincula o preço estimado do preço contratado, autorizando expressamente a Administração a contratar valores superiores ao estimado em decorrência das oscilações de mercado, tudo mediante justificativa nos autos.

30. Compulsando os autos encaminhados a esse órgão de assessoramento jurídico, verificamos que constam:

- a. Ofício nº 142/2020 (formalização da demanda), de 10 de dezembro de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde;
- b. Termo de Referência;
- c. Cotação de Preços e Mapa de Apuração;
- d. Autorização e Declaração de Adequação Orçamentária, expedida pelo Ordenador de Despesa;
- e. Autuação em Processo de Dispensa de Licitação;



PREFEITURA DE
AUGUSTO CORRÊA

Palacete Benedito Cardoso de Athayde

ASSESSORIA JURÍDICA

CNPJ 04.873.600/0001-15

f. *Termo de Dispensa (Objeto, Fundamentação, Justificativa da Contratação, Justificativa da escolha do fornecedor e Justificativa do Preço.*

31. Quanto ao Termo de Referência simplificado, cabe avaliar se ele preenche os elementos determinados pelo § 1º do art. 4-E da Lei nº 13.979, de 2020:

Declaração do objeto	CONSTA
Fundamentação simplificada da contratação	CONSTA
Descrição resumida da solução apresentada	CONSTA
Requisitos da contratação	CONSTA
Crêterios de medição e pagamento	NÃO SE APLICA ÀS AQUISIÇÕES
Estimativa dos preços	<u>NÃO CONSTA</u>
Adequação orçamentária	<u>NÃO CONSTA</u>

32. Ressaltasse que os itens “**Estimada de Preços**” e “**Adequação orçamentária**” foram atendidos com a devida juntada dos instrumentos após a regular tramitação do processo.

33. A Administração apresentou a razão da escolha do fornecedor **J M FONSECA MARTINS LTDA - ME**, inscrito no CNPJ nº 35.822.821/0001-98, com sede na Travessa Mauriti, nº 2340, Bairro Marco, Belém-PA, justificando sua escolha devido o mesmo ter ofertado o menor valor dentre aqueles constantes na cotação de preços realizada pelo Departamento de Compras do município de Augusto Corrêa, **ao valor total de R\$ 86.630,00 (oitenta e seis mil, seiscientos e trinta reais)**, o que atende a legislação de referência, pelo que o processo não merece reparo quanto a esse ponto, conforme art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 1993.

34. Os documentos de habilitação exigidos pelo art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, foram juntados aos autos, razão pela qual o processo atende os requisitos da legislação.

35. Como já dito, foi carreada a informação da Disponibilidade Orçamentária, bem como, em seguida foi acostada a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, emitida pelo ordenador de despesa.

36. Por fim, o processo deve seguir o seu curso, passando pela ratificação da autoridade superior e as consequentes publicações no órgão da imprensa oficial e



**PREFEITURA DE
AUGUSTO CORRÊA**

Palacete Benedito Cardoso de Athayde

ASSESSORIA JURÍDICA

CNPJ 04.873.600/0001-15

no sítio eletrônico oficial da entidade contratante, observadas as exigências do art. 8º, § 3º, da LAI e do § 2º do art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

II.C – Da dispensa do instrumento de contrato

37. A Lei nº 13.979, de 2020 traz algumas disposições acerca dos contratos administrativos assinados com o objetivo de fazer o enfrentamento à crise do coronavírus. No entanto, nenhum dos dispositivos ali indicados se aplicam ao caso telado, pois a hipótese aqui vertida é de aquisição de para entrega imediata e sem obrigações futuras. Trata-se de ajuste de execução instantânea.

38. Esses contratos prescindem do instrumento contratual formatado nos termos do art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993. De acordo com o art. 62, § 4º, da citada Lei Geral de Licitação, o instrumento de contrato pode ser substituído por outra espécie de documento simplificado, independentemente do valor do negócio, nas situações de aquisição com entrega imediata e integral sem que haja obrigações futuras. Diz o texto legal:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

(...)

§ 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei.

(...)

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

39. Nota-se que o Administrador poderia se eximir da formalização do instrumento contratual, que não é o caso, já que a compra ora desejada pela Administração é para entrega imediata e integral, sem previsão de qualquer obrigação futura, aplicando-se, subsidiariamente, o art. 62 da Lei 8.666/93.

III – CONCLUSÃO



PREFEITURA DE
AUGUSTO CORRÊA

Palacete Benedito Cardoso de Athayde

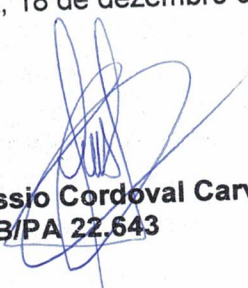
ASSESSORIA JURÍDICA

CNPJ 04.873.600/0001-15

40. Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise desse órgão de assessoramento jurídico, podendo o processo de contratação produzir os efeitos jurídicos pretendidos, no que tange a contratação, por dispensa de licitação, da empresa **J M FONSECA MARTINS LTDA - ME**, inscrito no CNPJ nº 35.822.821/0001-98, com sede na Travessa Mauriti, nº 2340, Bairro Marco, Belém-PA, justificando sua escolha devido o mesmo ter ofertado o menor valor dentre aqueles constantes na cotação de preços realizada pelo Departamento de Compras do município de Augusto Corrêa, ao valor total de **R\$ 86.630,00 (oitenta e seis mil, seiscientos e trinta reais)**, objetivando a **"aquisição de máscaras de tecido personalizadas, para atender o programa saúde na escola em combate o enfrentamento da Covid-19 de acordo com a portaria 1.857/2020 atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Augusto Corrêa/PA**, nos termos do art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

41. Retornem os autos a Comissão Permanente de Licitação.

Augusto Corrêa, PA, 18 de dezembro de 2020.


Gustavo de Cássio Cordoval Carvalho
OAB/PA 22.643